Acervo ISA

OS RIKBAKTSA E A BUSCA DE ALTERNATIVAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E CULTURAL COM BASE NO MANEJO DE RECURSOS NATURAIS O INÍCIO DE UMA NOVA EXPERIÊNCIA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. RKD00017

O Povo Rikbaktsa

Os Rikbaktsa, do tronco lingüístico Macro-Jê, são habitantes imemoriais da bacia do rio Juruena, ao norte do Estado do Mato Grosso. Tornaram-se conhecidos apenas no início da década de 1950, quando opuseram resistência à frente extrativa de borracha. Seu território tradicional espraiava-se pela bacia do rio Juruena, desde a barra do rio Papagaio ao sul até as proximidades do Salto Augusto no alto Tapajós, ao norte; a oeste expandia-se em direção ao rio Aripuanã e a leste até o rio Arinos, na altura do Rio dos Peixes, configurando uma região de cerca de 50 mil km^2 de floresta tropical.

Hoje os Rikbaktsa habitam estas duas áreas contíguas no noroeste do Mato Grosso: 1) A Reserva Indígena Rikbaktsa, entre o rio do Sangue e o rio Juruena, criada em 1968 pelo Decreto 63.368, com 79.934 hectares, no Município de Brasnorte, conhecida como "área velha". 2) A Área Indígena Japuíra, entre o rio Arinos e rio Juruena, criada em 1985 pelo Decreto 92.011, com 148.450 hectares, no Município de São José do Rio Claro, conhecida como "área nova". Aguardam a demarcação física e desintrusão da área do Escondido, que está programada para se realizar nos próximos dias.

Sua população atual é de cerca de 950 pessoas. Até 1985 os Rikbaktsa concentravam-se na "área velha", em 6 aldeias situadas ao longo das margens do rio Juruena e alguns pequenos aldeamentos no interior da reserva. Desta data em diante, para fazer frente à freqüentes tentativas de invasão de seu território e garantir a ocupação da nova "Área Indígena do Japuíra", desmembraram os 6 núcleos de povoamento já existentes, espalhando-se pelo território em 33 aldeias, sendo 23 na A.I. Rikbaktsa e 10 na A.I. Japuíra, localizadas estrategicamente para garantir a vigilância de seus limites e melhor aproveitar os recursos da área.

No plano da sociedade, o genocídio e as pressões deculturadoras que marcam sua história pós-contato, tendentes a desintegrá-los como cultura autônoma, desencadearam em contraposição um processo de reordenação sócio-cultural, no qual os Rikbaktsa procuram se orientar na tentativa de encaixar as alterações criadas pelo contato com suas formas tradicionais de vida social.

Na década de 70 os jovens criados no internato (Missão Jesuíta) deixaram de trabalhar fora da reserva e reaprenderam a língua. O sistema de parentesco refez-se novamente, organizando a estrutura social em duas seções patrilineares exógamas, uma associada à arara amarela e a outra à arara cabeçuda, ambas com divisões clânicas internas. Mantém grande parte de suas práticas rituais, de seu conhecimento da natureza, dos usos medicinais das plantas, de seu patrimônio cultural.

Por outro lado, incorporaram inúmeras mercadorias e utensílios produzidos pela sociedade envolvente, com a qual mantém relações comerciais, obtendo renda monetária nos últimos anos, principalmente com a produção e comercialização da borracha e do artesanato (sua arte plumária é das mais belas entre os grupos tribais brasileiros). Estas atividades mesclam-se e por hora subordinam-se às atividades econômicas tradicionais.

Acervo ISA

Seu ciclo de subsistência acompanha os ritmos naturais. Ao longo do ano desenvolvem inúmeras atividades ligadas à agricultura, caça, pesca e coleta. Todas estas atividades são acompanhadas de rituais, através dos quais se organizam e preparam-se para as tarefas procurando estabelecer a sintonia com os ritmos cósmicos de seu universo.

A economia Rikbaktsa caracteriza-se pela alternância de atividades diferenciadas ao longo do ano, concentrando-se sazonalmente ora numa ora noutra atividade. A unidade de produção e consumo cotidiano é a família extensa, ou seja, dos habitantes de cada casa. Somente no decorrer dos rituais que acompanham a atividade agrícola (derrubada de roça nova e colheita do milho novo) e em poucas outras ocasiões é que ocorre uma cooperação mais ampliada.

Experiências com o mercado regional

Os Rikbaktsa já tem experiência acumulada nas relações com o mercado regional. Primeiro sob a tutela da Missão Anchieta, até o início da década de 80 participavam de uma Cooperativa, que comercializava produtos de coleta como a castanha e a borracha e, por vezes, produtos agrícolas como arroz. Nessa fase apenas alguns dentre eles tiveram uma participação restrita nas atividades de administração. Seu papel era basicamente o de produtores, sendo pagos na maior parte das vezes com mercadorias trazidas pelos missionários.

Em 1986 a cooperativa renasceu, com pequeno financiamento da OXFAM e apoio técnico do antropólogo Rinaldo Arruda, da PUC/SP. Desta vez os índios tiveram o controle total da cooperativa, voltada basicamente para a comercialização da borracha. Foram criados 6 entrepostos, localizados nas maiores aldeias da área, nos quais os produtores individuais vendiam a borracha coletada, recebendo pagamento em dinheiro. A borracha era estocada e comercializada em Juína ou Vilhena, assim que o estoque fosse suficiente para preencher a capacidade de carga do caminhão F4000 de uso dos índios. Com a venda do estoque, sustentava-se o caminhão, obtinha-se uma cota de combustível variável, repunha-se o dinheiro dos entrepostos e remunerava-se melhor os produtores.

Nestas condições, um funcionamento de três anos foi altamente positivo. A vivência dos problemas relacionados à organização interna para produção e comercialização, o contato direto com o mercado regional, as soluções procuradas e testadas, foram um aprendizado intenso e preparatório para uma nova fase de auto-organização e gestão econômica, fazendo convergir as estruturas sócio-políticas tradicionais com formas de organização mais adequadas às relações com a sociedade envolvente.

Uma nova experiência de manejo florestal

Há pelo menos cinco anos, as lideranças Rikbaktsa, ao mesmo tempo que resistiam à pressão de madeireiros que insistem na exploração ilegal e depredadora de madeiras nas terras indígenas, por diversas vezes alertaram e apelaram aos órgãos de governo e à própria sociedade envolvente, no sentido de apoiá-los na formulação de propostas de enfrentamento do problema da carência de serviços de assistência às suas comunidades.

A partir de 1993, o apelo dos Rikbaktsa passou a constar na agenda de várias instituições indigenistas, governamentais ou não. E em 1994 num convênio com o Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA e o Centro de Trabalho Indigenista - CTI, foi desenvolvido um projeto de

Acervo ISA

levantamento de "Alternativas de Desenvolvimento Auto Sustentado para a Sociedade Indígena Rikbaktsa", financiado pela Comunidade Econômica Européia. Neste projeto, foram feitos estudos a partir de imagens de satélite (datadas de 1985, 1992 e 1994) e pesquisas de campo (janeiro, julho e outubro de 1993) para caracterização da evolução do desmatamento na região circundante ao território indígena e para a caracterização da cobertura vegetal no interior da área Rikbaktsa. Foi realizado também, por engenheiros florestais da Universidade de São Paulo - UNESP, um diagnóstico qualitativo preliminar das tipologias florestais da área. Com base neste estudo (dos quais há relatórios quantitativos da ocorrência de várias espécies em diversas aldeias das duas áreas Rikbaktsa) foram selecionadas algumas atividades que apresentam boas perspectivas para uma exploração econômica auto-sustentada. Porém, apesar desses passos, as ações não avançaram no sentido de consolidar propostas a médio e longo prazo de exploração econômica auto-sustentada das atividades selecionadas no diagnóstico então feito.

Felizmente mais adiante avançaram as discussões e cresceram as preocupações em direção ao amadurecimento de alternativas, ao ponto de já haver consenso entre as comunidades indígenas, a FUNAI e a CAIEMT e os órgãos afetos às políticas de meio ambiente no sentido de que propostas bem arquitetadas e sob condicionante de teste piloto poderiam ser empreendidas exclusivamente para a melhora das condições de vida das comunidades indígenas.

Assim, após mais dois anos de diversas audiências com as comunidades Rikbaktsa e sua associação, muitas outras com a FUNAI, o Ministério Público Federal em Mato Grosso, a Coordenadoria de Assunto Indígenas de Mato Grosso – CAIEMT, a Fundação Estadual do meio Ambiente – FEMA e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis –IBAMA, num consórcio formado pela Associação Indígena do Povo Rikbaktsa - ASIRIK, o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano e do Meio Ambiente – Trópicos (Cuiabá), Instituto de Pesquisa Ambiental- IPA (São Paulo) e por fim, com a colaboração do PNUD/PRODEAGRO e o apoio financeiro do Programa de Apoio Direto as Iniciativas Comunitárias – PADIC/PRODEAGRO, chegou-se à proposição de um projeto de manejo florestal não-madeireiro de uso múltiplo, tendo como experiência inicial o manejo de palmito e a implantação de uma casa de processamento industrial do produto, sob gestão indígena, cuja implementação está prevista para iniciar no mês de junho próximo.

Objetivos e metas do Projeto de manejo e industrialização de palmito

A nova experiência a ser iniciada tem como objetivo geral o Fortalecimento, social, institucional, econômico e ambiental das comunidades Rikbaktsa, através de sua associação.

E como metas:

- Produção de 30 viveiros de açaí e pupunha Repovoamento palmiteiro com 380.000 mudas de açaí e 45.000 de pupunha em pelo menos 30 áreas piloto a serem selecionadas, conforme indicadores apontados pelo inventário etno-florestal.
- Reflorestamento de 100 ha desmatados em territórios anteriormente ocupados por fazendas e outros despovoados de palmito, de acordo com inventário.
- Construção de um prédio rústico para sede de fábrica de palmito e instalação de equipamentos para funcionamento de linha de produção (Produção inicial de 1.000 Kg/mês de palmito envasado, durante os dois primeiros meses de funcionamento e 1.500 Kg/mês a partir do terceiro mês do início da produção industrial).

Acervo ISA

- Viabilização de pelo menos 10 contratos com compradores regionais, privilegiando aqueles de prazos maiores.
- Realização de 02 cursos na fase de inventário etno-florestal; (60 lideranças indígenas capacitadas para as atividades de inventário etno-florestal).
- Realização de 07 cursos na fase do manejo de palmito (90 lideranças indígenas capacitadas para as atividades de produção de viveiros, plantio, semeadura direta, tratos silvoculturais e corte seletivo de palmito).
- Realização de 01 curso na fase da industrialização, divididos em duas etapas. (32 lideranças indígenas capacitadas para os procedimentos de manejo industrial de palmito).
- Organização institucional e administrativa da Associação Indígena Rikbaktsa. (05 membros da diretoria da ASIRIK informados e habilitados para os procedimentos de controle financeiro e administrativo da associação e do projeto).

O retorno econômico do investimento no envasamento e comercialização do palmito pela associação indígena Rikbaktsa

A expectativa de retorno deste projeto não se limita aos aspectos de ordem meramente econômica. As relações econômicas nestas sociedades não estão separadas das demais dimensões da vida social. Neste sentido, os objetivos iniciais de produção no decorrer da implantação do projeto serão modestos, mesmo que no primeiro momento o resultado não reponha totalmente o dinheiro investido para isso.

Assim a projeção de produção e renda aqui apresentada foi elaborada levando esta condicionante. A atividade a ser introduzida não deve desestruturar os sistemas de relação Rikbaktsa. Portanto, o volume de produção será gradativamente estabelecido na medida em que as novas "rotinas" estejam melhor incorporadas no cotidiano e ao conjunto das atividades de seu ciclo econômico-cerimonial anual.

A produção estimada:

Considerando os fatores acima mencionados, definiu-se como projeção inicial a industrialização de 1.500 kg de palmito/mês. Para definir esta meta ponderou-se duas questões relevantes: de um lado, a população e distribuição de palmito na área indígena Rikbaktsa; de outro, as reais possibilidades da sociedade Rikbaktsa assimilar a nova atividade produtiva sem destruir o seu ciclo anual de atividades tradicionais.

Durante o primeiro ano de execução do projeto espera-se alcançar a meta de 1.500 kg/mês. Isto representa 3.000 vidros de 500g.

Em cada vidro é embalado aproximadamente 300g de palmito, o restante é completado com salmoura e ácido cítrico, para a conserva do produto.

Portanto, torna-se necessário a extração de 900 kg de palmito/mês. Isto representa o corte aproximado de 2.250 plantas adultas/mês, contando que cada planta adulta produz em média 400g de palmito.

Acervo ISA

Atividades do manejo florestal

- Levantamento detalhado da floresta nas áreas a serem manejadas, identificando as espécies com potencial de exploração econômica e as espécies utilizadas pela sociedade indígena no seu ciclo econômico-cerimonial;
- Coroamento das áreas onde concentram populações de palmitos, facilitando o desenvolvimento das plantas com potencial de exploração econômica;
- Plantio de enriquecimento - em volta do açaizeiro ou da juçara verifica-se a ocorrência de mudas de correntes da regeneração natural das plantas, provenientes das dementes caídas. O enriquecimento será feito com essas mudas, que serão retiradas manualmente, selecionadas e plantadas onde o adensamento é inferior ao desejado.
- Limpeza - após o primeiro corte procede-se uma limpeza da área visando eliminar a concorrência da vegetação nativa.

Introdução da pupunha:

Como projeção inicial, cada aldeia irá cultivar um hectare de pupunha o equivalente a 4.000 plantas. Ao todo, serão cultivadas 30 ha na área indígena Rikbaktsa.

Esta área é suficiente para garantir a produção estimada de 2.000 kg de palmito industrializado, ou seja, 4.000 vidros de 500g.

O processamento industrial seguirá normas técnicas desenvolvidas por ZAPATA e QUAST (1975) e das Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz, São Paulo, 1976.

A projeção de renda:

O custo de produção de um vidro de 500g de palmito é aproximadamente R$ 1,40. Em Cuiabá, o preço de comercialização em atacado varia entre R$ 2,80 e R$ 3,10. Utilizando o preço médio de R$ 3,00 para comercialização, R$ 1,40 o custo da produção e 7% do valor total do produto em frete, estima-se que a renda média proporcionada por vidro de palmito comercializado é de aproximadamente R$ 1,39. Comercializando 3.000 vidros ao mês, obtêm-se uma renda média mensal de R$ 4.170,00.

Esta projeção de renda pode alterar no decorrer do desenvolvimento do projeto, pois trata-se de um projeto piloto e, acima de tudo, um processo de aprendizado que deve ser lenta e gradualmente assimilado pela sociedade indígena Rikbaktsa.

Gestão, gerenciamento e parcerias no projeto

O projeto será executado pela Associação Indígena do Povo Rikbaktsa – ASIRIK Aldeia Rikbaktsa, fundada em 31 de janeiro de 1995, sob CGC nº 00.397.708/0001-28, com sede na Aldeia União, Área Indígena Rikbaktsa, município de Juína/MT – CEP 78.620-000

O projeto define um sistema operacional e metas iniciais com base em indicadores preliminares, como o interesse e a disponibilidade de ingresso direto de parte da população das 30 aldeias das áreas Japuíra e Erikbaktsa. Para poder gerir este processo, a execução do projeto se subordinará a um fórum deliberativo indígena formado por um grupo de 30 a 60 lideranças que

definirá as formas de integração das aldeias e distribuição das atividades durante todas as fases do projeto.

Assim, ainda que para o início da experiência tenha se definido um cronograma de atividades, este deverá se flexibilizar de forma a se subordinar ao planejamento e ao calendário interno das aldeias, buscando compatibilizar o máximo possível a rotina das mesmas com a distribuição das pessoas e os serviços decorrentes das metas do projeto.

Regras e distribuição de funções serão, em regime aberto, definidas nas assembléias ou reuniões de planejamento tomadas por três instâncias implicadas: as aldeias que a nível interno decidem sobre interesse, disponibilidades e formas de participação; as reuniões de lideranças representantes das aldeias que apresentam as demandas e formas de participação das aldeias e; o conselho executivo formado pela diretoria da associação e os auxiliares técnicos que promoverão a gerência do projeto, criando mecanismos para incorporar as deliberações das aldeias na execução do mesmo.

Pelo nível de complexidade administrativa e jurídica do projeto, este contará com um conselho supervisor externo, formado por instituições públicas que inclusive por força de ofício devem acompanhar este tipo de experiência, como é o caso da FUNAI, o IBAMA e o Ministério Público Federal, além das ONGs TROPICOS Instituto (Cuiabá) e IPA (São Paulo).

De forma permanente o projeto disponibilizará dois técnicos de apoio, particularmente para a parte de treinamento e implantação dos módulos de atividades. Intermitentemente contará com serviços de consultores específicos nas áreas manejo florestal, processo industrial, administração e apoio jurídico.

Resumo da exposição feita no seminário "Processo de Ocupação Econômica e as Comunidades Indígenas em Mato Grosso: Problemas e Perspectivas" no dia 13/05/98 às 17:00 hs por
Nelson Mutzie Rikbaktsa
Rinaldo Arruda, Antropólogo
Villi F. Seilert, Advogado